

## APRESENTAÇÃO

**Organizadores:**  
**Álvaro Guaymás<sup>1</sup>**  
**Iara Tatiana Bonin<sup>2</sup>**

Embora considerada, por muitos, uma questão periférica e pouco relevante para a definição de futuros possíveis – diferentes do que se delinea – as vidas indígenas, com suas múltiplas expressões, cosmovisões, sabedorias, experiências e formas de resistir são centrais nas disputas de nosso tempo. A presença contemporânea dos povos indígenas, de comunidades quilombolas, entre outras, é marca material, traço visível de outras racionalidades – para além da razão econômica e empresarial que disfruta o lugar de pensamento preponderante. Esta não é, aliás, nenhuma afirmação original! As lutas indígenas e seu caráter estratégico vêm sendo afirmadas há décadas por estes povos e também por militantes de movimentos sociais e pesquisadores de diferentes campos do saber, em diferentes países latino-americanos.

Outras maneiras de pensar, de educar, de viver, de relacionar-se com a terra e com os seres que nela habitam são atualizadas nas vidas indígenas, em suas experiências comunitárias, na força de suas ancestralidades, na condução de plurais projetos de futuro. E elas ganham visibilidade nas palavras proferidas por líderes de diferentes etnias em pronunciamentos públicos, em lutas pela garantia de direitos, em mobilizações de âmbito regional, nacional, internacional, em espaços virtuais de interação e afirmação identitária. Formas próprias de conceber a vida, o mundo, as relações sociais constituem-se, também, em produções autorais negras e indígenas divulgadas por meio de diferentes suportes: áudios, fotografias, cinema, música, livros de literatura, mapas, propostas curriculares, materiais didáticos produzidos por coletivos indígenas, assim como por meio de diferentes pesquisas acadêmicas (TCCs, dissertações, teses de estudantes indígenas) nas quais se confrontam e se disputam sentidos do que se convencionou chamar de conhecimento, cultura,

---

<sup>1</sup> Universidade Nacional de Salta/Argentina ([alvaroguaymas@yahoo.com.ar](mailto:alvaroguaymas@yahoo.com.ar))

<sup>2</sup> Universidade Luterana do Brasil ([ilbonin@gmail.com](mailto:ilbonin@gmail.com))

arte, e algumas delas colocadas em foco nos textos deste número da revista Textura.

As existências plurais de tantos e distintos povos em nosso continente confrontam a pretensão neoliberal, que requer para si a prerrogativa de ser (única) razão do mundo. Talvez por isso indígenas e afrodescendentes têm sido alvos de tantos ataques, de tantos discursos de ódio e pronunciamentos racistas, de tantas ações governamentais e políticas genocidas. Como temos visto em muitos países latino-americanos, debaixo de uma fachada democrática se desenrola o confronto estratégico entre visões de mundo e se renova o ódio e a violência contra aqueles que não se alinham às contingentes formas de vida capitalista. O que se odeia, nas vidas indígenas, por exemplo, é mais do que a sua possibilidade de disfrutar coletiva e exclusivamente dos territórios, é a potência de construir “outros” futuros, impulsionados pelos saberes, pelas experiências, pelos plurais pontos de vista, pelas incansáveis lutas, pelas mobilizações e pela promoção de formas de organização comunitárias, solidárias, cooperativas, não dobradas às lógicas concorrenciais.

Ao que parece, as guerras atuais contra os direitos dos povos indígenas não destinam-se apenas a abrir novas fronteiras de exploração dos minérios, das águas, das matas, da biodiversidade que existe em suas terras, mas também extirpar formas coletivas de vida e os ainda possíveis modos de construção de autonomia. Nesse sentido, o direito de posse coletiva e usufruto exclusivo dos territórios por comunidades indígenas e quilombolas – que se estabelece em constituições federais de alguns países latino-americanos – ameaça a lógica da propriedade privada da terra como única forma possível de relação. A noção funcional da terra como “recurso” a ser explorado é limitada por outras cosmovisões que persistem e se atualizam – como potência – na concretude das lutas pela demarcação e regularização fundiária, na ocupação destas terras sob uma lógica comunal, nas possibilidades interculturais que vicejam no existir destas coletividades.

No Brasil, de forma explícita e veemente, algumas teses sobre a “necessária integração” dos indígenas para contribuir com o desenvolvimento nacional vêm sendo reiteradas, em particular em pronunciamentos do presidente da República. Integrar é a solução governamental para disputas em torno do destino das terras, e ela responde diretamente aos interesses de setores do agronegócio, de empresas mineradoras, madeireiras, entre outras, ao mesmo tempo em que contraria o preceito de reconhecimento e respeito às

organizações sociais, culturas, línguas, crenças e tradições indígenas, expresso no Artigo 231 da Constituição Federal deste país. Vale mencionar que os projetos de integração “harmoniosa dos indígenas à comunhão nacional”, antes da Constituição Federal de 1988, foram conduzidos, ao longo de períodos ditatoriais, por meio de invasões territoriais e genocídios direta ou indiretamente respaldados pelo poder estatal que, quando não promoveu, manteve-se omissivo quanto à responsabilidade legal de fiscalização das terras indígenas e de proteção destas populações. As teses integracionistas respaldam, hoje, as iniciativas de exploração territorial, ao mesmo tempo em que são promovidas ou incentivadas velhas e novas estratégias de ataque (político e jurídico) aos direitos conquistados em lutas históricas e atuais destes coletivos. Por muitas vias, portanto, são confrontadas e combatidas as existências de comunidades e povos distintos, e na propagação de um sentido de obsolescência de suas culturas, entranhar-se o anseio de aniquilação daqueles grupos (étnicos, sociais e políticos) que não se submetem a uma suposta única razão do mundo. Por outro lado, a afirmação das existências atuais e futuras das vidas indígenas e afrodescendentes tem efeitos políticos e éticos importantes, e, para nós, é assumida também como forma de vislumbrar não “o” futuro, e sim futuros possíveis.

De um amplo conjunto de preocupações - e também de esperanças - surge a proposta do presente Dossiê. As autoras e os autores que dele participam alinham-se a perspectivas teóricas distintas, mas convergem para o propósito de ampliar espaços de problematização das múltiplas formas de racismo nas instituições, nas relações sociais, nas práticas escolares, nos espaços acadêmicos, nos currículos e processos de formação docente. Partimos do reconhecimento de que os contextos interculturais de nossos países estão marcados por profundas desigualdades, por práticas de expropriação territorial, por genocídios, por históricas formas de aniquilação das diferenças étnicas e linguísticas. Entendemos que o fortalecimento de iniciativas de educação intercultural implica, sob nossa mirada, um envolvimento amplo em ações e lutas em defesa dos direitos territoriais indígenas e quilombolas, pelo respeito pleno às suas formas de pensar, de viver e de educar novas gerações.

No dossiê, são abordadas experiências de educação intercultural desenvolvidas por/com povos indígenas e afrodescendentes na Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia e México. As experiências são interculturais, múltiplas, expressam lutas por direitos e desenvolvem-se por meio de um caminhar compartilhado, com vistas ao fortalecimento das culturas, línguas,

formas de organização e pedagogias próprias de cada coletividade. Os textos trazem as marcas de seus contextos de produção – expressam, de modo geral, o protagonismo de povos indígenas e afrodescendentes e expõem discussões que vêm sendo constituídas desde um posicionamento epistêmico de coprodução e coautoria com pesquisadores com prolongada convivência e inserção nestes contextos culturais diversos. A produção acadêmica que se apresenta aposta na escrita colaborativa entre indígenas e não indígenas, de modo a construir possibilidades de consolidação de uma ciência comprometida com o pluralismo e com outras epistemologias. Ao mesmo tempo, buscamos construir espaços de luta contra o racismo epistêmico que impera nas universidades latino-americanas e do mundo.

Parte considerável dos autores dos textos do dossiê integram a Red Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes (ESIAL), vinculada ao Centro Interdisciplinario de Estudios Avanzados da Universidad Nacional de Tres de Febrero, em Buenos Aires, Argentina e participam da Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de América Latina – ambas coordenadas por Daniel Mato. Desse modo, o dossiê também sublinha potencialidades de um trabalho de produção intelectual em rede que enlaça e dá vigor às discussões e às iniciativas voltadas para a promoção de espaços de interculturalidade, ao mesmo tempo em que estimula os vínculos entre as pessoas, condição para a produção de conhecimentos que levam a efeito as epistemologias afro-ameríndias.

Organizamos o dossiê em dois eixos principais: o primeiro diz respeito a experiências interculturais a partir das quais se exploram possibilidades, metodologias e/ou estratégias voltadas à problematização do racismo, ao fortalecimento das lutas territoriais e/ou de processos identitários. Abrindo o dossiê temos o artigo de Daniel Mato (Universidad Nacional de Tres de Febrero, Argentina), *Los desafíos de las múltiples formas del racismo al avance de la Educación Superior Intercultural*, no qual são focalizadas experiências, atualmente em curso na América Latina, que são respaldadas em distintas visões de mundo, modalidades de aprendizagem e modos de produção de conhecimentos. O autor discute, também, múltiplas formas de racismo institucional, quase sempre invisíveis, que obstaculizam a continuidade e o fortalecimento de propostas de Educação Superior Intercultural.

O segundo artigo, intitulado “Fortaleciendo espacios de diálogo intercultural a través de programas de acción social participativa”, de autoria de

Nayely Melina Reyes-Mendoza (Secretaría de Educación del Gobierno del Estado de Yucatán, México) e de Bertha Maribel Pech-Polanco (Universidad Iberoamericana de México), versa sobre a realização de oficinas participativas com estudantes do povo Maya, com temas como direitos humanos, teatro, rádio, educação para a paz, cujo propósito central era fortalecer o sentido de pertença étnica e compartilhar conhecimentos e propósitos comuns. O texto destaca a importância de expandir e dar vigor a espaços de diálogo entre instituições de educação formal e grupos culturalmente diferenciados, o que se consolida em programas de ação social participativa.

Álvaro Guaymás, Ana de Anquín e Ariel Durán (Universidade Nacional de Salta, Argentina) apresentam-nos o texto “Educación intercultural y procesos de reconocimiento identitário: una experiencia en un contexto andino del noroeste argentino”. No foco de atenção estão os complexos processos de produção e afirmação identitária de habitantes da zona andina Quebrada del Toro, situada na província de Salta. Relatam-se resultados de uma experiência de investigação e extensão universitária de largo alcance, iniciada em 2005 e pensada como modalidade sustentável de colaboração intercultural. Os autores falam de educação em/para a interculturalidade como forma de constituir, no âmbito educativo, relações respeitadas e atentas às culturas locais, às demandas e direitos dos povos indígenas, afrodescendentes e migrantes.

Explorando as possibilidades de realização de um documentário com participação indígena, Wagner Roberto Amaral e Monica Panis Kaseker (UEL) apresentam-nos o texto “A comunicação audiovisual como ferramenta de fortalecimento da escola indígena”. Os autores discorrem sobre os procedimentos implicados na produção do documentário, no âmbito de um projeto de extensão universitária que envolveu professores, gestores, estudantes e lideranças indígenas da região norte do Paraná, no Brasil. Os argumentos apresentados possibilitam pensar na potência deste tipo de produção intercultural e colaborativa para o fortalecimento da educação escolar indígena e do protagonismo das comunidades envolvidas.

Enfatizando a relevância da aprovação e implementação de leis que resguardam direitos indígenas, destaca-se o artigo “Apuntes para un análisis de la Ley Educativa N° 070 Avelino Siñani y Elizardo Pérez en el escenario actual de Bolivia”, de Felipe Curivil, Libertad Pinto (Centro Indígena de Investigaciones TakiUnquy, Bolívia). No foco da atenção dos investigadores estão, especificamente, duas possibilidades inauguradas a partir da lei - a

primeira diz respeito ao uso das línguas indígenas no sistema educativo e a segunda, à criação de um modelo educativo sócio-comunitário.

Um segundo eixo articulador do presente Dossiê, em torno do qual reunimos quatro artigos, diz respeito às concepções e práticas educativas no espaço escolar e, mais amplamente, aos entrelaçamentos entre educação indígena e educação escolar indígena. Saulo Ferreira Feitosa, Maria Roseane Cordeiro de Oliveira (UFPE) apresentam-nos os resultados de uma pesquisa voltada a análise de interfaces existentes entre educação (em sua acepção ampla e cotidiana) e educação escolar indígena, no artigo “Educa(ções) indígenas: territórios de identidades e espaços de (Re) Existências do Povo Xukuru do Ororubá”, no estado de Pernambuco, Brasil. A partir da vivência e da pesquisa, afirma-se que a escola serve de instrumento para o fortalecimento da identidade étnica, é espaço de (re)existência e de afirmação de formas coletivas de viver.

Já o texto “Decolonialidade e a educação indígena: um diálogo com professores da etnia Gavião”, escrito por Andréia Maria Pereira (SEDUC/RO), Ruth Pavan (UCDB), analisa as possibilidades de construção de um currículo intercultural que contribua para a decolonização da educação escolar indígena, a partir das experiências, expectativas e práticas do povo Gavião, no estado de Rondônia. Aspectos culturais e linguísticos dessa etnia alicerçam o fazer escolar e as propostas de currículo específico e, ao mesmo tempo, capaz de dialogar com conhecimentos e práticas de outras culturas e instituições, incluindo as dos não indígenas. Também do Brasil, o artigo “Autores Indígenas versus discurso do colonizador: desencontros entre posições-sujeito” escrito por Hellen Cristina Picanço Simas e Jocifran Ramos Martins (UFAM), respalda-se na Análise de Discurso de linha francesa, conforme proposta por Michel Pêcheux, para discutir dizeres de acadêmicos indígenas sobre direitos, bem como sobre concepções de educação escolar indígena, enfocando em particular os povos Sateré-Mawé e Kaixana.

O artigo “El acceso a la educación y la inclusión socioeducativa de estudiantes indígenas - Provincia de Salta-Argentina”, escrito por Nuria Macarena Rodríguez, Elisa Martina de los Ángeles Sulca (Universidad Nacional de Salta, Argentina), examina processos de inclusão e exclusão de estudantes indígenas em dois contextos distintos: o Colégio Secundário de Montañas El Alfarcito e a Universidad Nacional de Salta, localizados na província de Salta, Argentina. Os resultados são decorrentes das pesquisas de doutorado das autoras e indicam que, mesmo com as exigências e avanços no plano legislativo,



o acesso à educação, no país, é marcado por profundas desigualdades, sendo relevante problematizar tais condições para que se promova um efetivo processo de inclusão.

Da Colômbia, apresenta-se a discussão conduzida por María Isabel Ramírez (Universidad Pedagógica Experimental Libertador (UPEL/Venezuela), Elia María Pinto (Docente EIB. Dpto de la Guajira, Colômbia), no artigo intitulado “Estratégias pedagógicas para fortalecer os valores culturais Wayuu em ambientes de aprendizagem intercultural”. A pesquisa se desenvolveu junto um amplo conjunto de estudantes do sexto ano, em uma escola do município de Maicao, La Guajira, na Colômbia.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!